

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RENZO DE SOUZA ALIBERT MEIRELLES

**TURISMO DE MASSA EM FLORIANÓPOLIS E CONSEQUÊNCIAS
CULTURAIS, SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS.**

FLORIANÓPOLIS, 2016.

RENZO DE SOUZA ALIBERT MEIRELLES

**TURISMO DE MASSA EM FLORIANÓPOLIS E CONSEQUÊNCIAS
CULTURAIS, SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito obrigatório à
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

**Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo
Ouriques**

FLORIANÓPOLIS, 2016.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 ao aluno Renzo de Souza Alibert Meirelles na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Prof. Michele Romanello

AGRADECIMENTOS

Ao meu pequeno Luís Eduardo, que me estimula sempre a buscar mais e a seguir trabalhando, dedico a presente monografia, símbolo de meu esforço e crença no amanhã.

À minha família e amigos, que sempre me encorajaram neste trabalho, e ao meu primo Leonardo Meirelles, pelo apoio e ajuda incondicionais.

“A viagem é um retorno em direção ao essencial”

Provérbio tibetano

RESUMO

O presente trabalho busca verificar e analisar que tipo de turismo vem sendo desenvolvido no município de Florianópolis, e suas consequências culturais, socioeconômicas e ambientais para a população e para a localidade. Ocorre uma melhoria para todos, como é defendido o turismo de massa pela mídia, políticos e empresários? Ou, ao contrário, somente uma minoria realmente se beneficia dele? Como aparecem os atores dessa “máquina do capital” em que se transformou o turismo? Buscamos demonstrar como o turismo de massa serve aos interesses do capital, inserindo-se no contexto da economia neoliberal. Concluímos o estudo apresentando uma saída com um tipo de turismo menos agressivo: o turismo sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de massa; Turismo sustentável; Neoliberalismo; Meio ambiente.

ABSTRACT

This study aims to verify and analyze what kind of tourism has been developed in Florianópolis town, and its cultural, socioeconomic and environmental consequences for the population and for the locality. Is there an improvement for everyone as mass tourism is defended by the media, politicians and businessmen, or, on the contrary, only a minority really benefits from the tourism? How do the actors of this "machine of the capital", which became the tourism, appear? We demonstrate how mass tourism serves the interests of capital, placing it in the context of neoliberal economics. We conclude this study presenting a way out of a type of less aggressive tourism: the sustainable tourism.

KEYWORDS: Mass tourism; Sustainable tourism; Neoliberalism; Environment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 TURISMO: CONCEITO E FORMAS DE TURISMO	12
2.1 CONCEITO	12
2.2 TURISMO DE MASSA.....	13
2.3 TURISMO SUSTENTÁVEL	15
3 O TURISMO NA CAPITAL CATARINENSE	18
3.1 O PERFIL DO TURISMO	18
3.2 CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO EM ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS LOCAIS	21
3.3 CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO EM ASPECTOS ECONÔMICOS LOCAIS.....	23
3.4 CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO EM ASPECTOS AMBIENTAIS LOCAIS	26
4 TURISMO, NEOLIBERALISMO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE...30	30
4.1 NEOLIBERALISMO	30
4.2 CONSUMO DE MASSA E TURISMO NA CAPITAL DE SANTA CATARINA.....	31
4.3 TURISMO E CAPITAL – SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE	33
4.4 TURISMO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – DO CAOS A UM TURISMO SUSTENTÁVEL	39
5 CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS	51
ANEXO I - OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS VENDEDORES AMBULANTES.....	52
ANEXO II – IMPACTOS DA SAZONALIDADE DURANTE ALTA E BAIXA TEMPORADA EM FLORIANÓPOLIS	53
ANEXO III- CHARGE ILUSTRATIVA	54

1 INTRODUÇÃO

Uma região pode desenvolver-se através da exploração de diversos fatores, entre os quais o turismo. Mas, dependendo da forma de turismo adotado, pode haver contribuição não só econômica, mas também social, cultural e ambiental, se considerarmos que o desenvolvimento de uma região implica um crescimento não apenas na economia, mas também melhoria nas condições de vida em geral, como infraestrutura (transporte, moradia, segurança), além de educação e saúde e bem-estar, que compreende, entre outros, relações sociais saudáveis entre comunidades. Assim sendo, o turismo pode também servir como fator de desenvolvimento num sentido amplo.

O turismo é sempre associado à movimentação de pessoas que se deslocam de uma região para outra, por tempo limitado, para descanso e lazer, aproveitando da melhor maneira o ambiente diferente no qual se encontram. Porém, também nos referimos ao turismo quando pensamos em outros grupos de turistas que fogem a essa regra, considerando que há muitos tipos de turismo e de turista, cujo comportamento, direcionado para o tipo de turismo que faz, imprime consequências diversas para o meio e a população que o recebe, como se verá a seguir.

Assim, de modo geral, por englobar praticamente todos os aspectos de nossa sociedade, pode-se entender turismo basicamente como uma prática social que envolve o deslocamento provisório de pessoas entre diferentes localidades, por motivações diversas.

Com suas consequências para determinada região ou localidade, o fenômeno turismo implica a consideração de aspectos de localização geográfica e estratégica, disponibilidade de força de trabalho local e recursos minerais a serem explorados, além da atuação de outros setores que vão influenciar o desenvolvimento regional, como mola impulsora – em maior ou menor medida – de geração de emprego e renda. Por acreditarmos que o turismo influencia e é influenciado por diversos fatores socioeconômicos, culturais e ambientais de uma região, e por reconhecermos sua importância no mundo de economia de massa e capitalista no Brasil de hoje – acarretando efeitos diferentes para uma localidade – nos motivamos a desenvolver o presente estudo sobre turismo, ainda que limitado, dentro do escopo que comporta uma monografia.

Não apenas por ser morador do município de Florianópolis, no centro de sua parte insular, mas também porque como cidadão nos preocupa o modo de vida de sua população, sua infraestrutura, economia, lazer, qualidade de vida e, sobretudo, meio ambiente, que sempre fizeram parte do nosso pensar e do nosso sentir sobre esta terra,

que nos orienta na busca de um *modus vivendi* mais sustentável e mais respeitoso com seu espaço, seus habitantes e sua história. Tal preocupação nos motiva ainda mais para o estudo, já que, movido pela curiosidade e pela vontade de entender melhor esse fenômeno crescente que é o turismo e suas consequências, temos percebido que nem sempre ele é benéfico. Com esse fim, estaremos satisfeito se conseguirmos aqui balizar e analisar alguns pontos-chave que alarguem nossa compreensão sobre o turismo, suas possibilidades e riscos, e quiçá a compreensão de leitores que venham a ler a presente monografia. Seu escopo, ainda que simples e limitado, pretende ser crítico, ao trazer informações e analisá-las, situando seu contexto e buscando saídas.

Compreender um pouco mais o turismo nos fará certamente um pouco melhor cidadão e cidadão, e também melhor turista, na Ilha ou onde quer que seja, munido de informação, de crítica e, esperamos, de uma atitude mais lúcida em relação a ele, porquanto ocupar um espaço, temporária ou definitivamente, requer uma posição ética em relação a esse espaço, o que exige que nos relacionemos socioeconômica, cultural e ambientalmente com mais respeito em relação à localidade e seus diversos aspectos.

O problema aqui proposto é investigar se o turismo local, amplamente divulgado por ecologistas, empresários e políticos, realmente agrega valores sociais, econômicos e culturais para os moradores da capital catarinense, trazendo benefício para todos. E se não, descobrir-lhe as razões, buscando outras vias que atendam o interesse coletivo.

Para buscar resolver tal problema, nosso objetivo geral é analisar a “indústria do turismo”, como turismo de massa, que se desenvolve na Ilha, avaliando suas influências sob os aspectos econômico, ambiental, social e cultural e seus impactos. Visto sob a ótica de uma “indústria” do turismo, podemos situá-lo assim mais diretamente dentro da lógica do capital e de suas implicações no meio social e ambiental, nem sempre concomitante com eles. Reconhecendo o turismo como uma “máquina” do capital, com mecanismos coerentes internos não necessariamente comprometidos com “lógicas externas” ao capital neoliberal (sociais, ambientais, culturais), torna-se importante reconhecermos seus limites. Se por um lado, a atividade turística representa para a cidade de Florianópolis um grande dividendo em prol das autoridades políticas, dos empresários do setor e de certa camada da população, trazendo benefícios em forma de infraestrutura para alguns, crescimento e lucro imobiliário, aumento da movimentação do comércio e serviços, empregos etc., para outros, pode causar danos ambientais, culturais e sociais a muitos, a curto e a longo prazo, de modo irreversível. No sentido ambiental, como sabemos, a transformação da paisagem e do meio ambiente pode aumentar ou diminuir a disposição

de recursos naturais, preservando-os ou extinguindo-os.. Observaremos se o tipo de turismo adotado aqui afeta o meio ambiente e como isso acontece.

Para desenvolvermos nosso trabalho, buscamos subsídios na pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, para discorrer o tema proposto. Segundo Rudio (1996), o pesquisador deve “[...] conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la”, buscando “descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los e interpretá-los”. Nosso trabalho é, assim, de interpretação e análise. Não se pretende trazer nada de novo, pois não se trata de uma tese. Com base na análise teórica de trabalhos importantes realizados anteriormente, e destacando seus aspectos mais relevantes, o presente estudo também utiliza dados socioeconômicos e ambientais para estabelecer relações empírico-teóricas e dar suporte a argumentações levantadas durante o desenvolvimento desta pesquisa, confrontando autores e dados, buscando responder às perguntas que norteiam seu objetivo.

Inicialmente conceituamos o turismo e salientamos, no primeiro capítulo, que se praticam nos dias atuais diversas formas de turismo no mundo. Escolhemos duas delas para conceituarmos, pois são duas vertentes que informam o que vamos trabalhar: turismo de massa e turismo sustentável.

No segundo capítulo, tratamos de levantar o perfil do turismo adotado na capital catarinense, que é majoritariamente turismo de massa. Analisamos e discutimos nos subitens seguintes seus impactos no âmbito social e cultural, econômico e ambiental, para situá-lo num contexto maior: o das suas implicações.

No terceiro capítulo, inserimos o fenômeno do turismo florianopolitano dentro da lógica neoliberal que o molda de maneira sistemática. Veremos como o turismo de massa se organiza para servir aos interesses do capital, criando uma massa de consumidores alienada ao que faz, ao que vê e ao local em que se encontra, inadvertidamente, a serviço dos interesses do capital. Para evidenciar isso, procuraremos demonstrar a relação do neoliberalismo com o turismo conceitualmente e sua ocorrência direta na vida da cidade, com as consequências que analisaremos. Veremos se é um projeto – que cumpre o que promete. Daremos ênfase às consequências desse projeto que influencia o aspecto ambiental de Florianópolis, compreendendo por ambiente não só o meio natural, mas também as condições gerais do meio em que vive a população. Dividimos, assim, o terceiro capítulo em 4 subitens. Primeiro, conceituamos o neoliberalismo; em seguida relacionamos neoliberalismo e turismo de massa; depois analisamos sua relação com o desenvolvimento local, para finalmente, depois de

constatadas mazelas do turismo adotado, advogarmos a favor do turismo sustentável como caminho para um turismo viável, explicando as razões de nossa defesa.

Procuramos ao longo deste trabalho demonstrar, embora não profundamente, que é possível, com um planejamento de abrangência local, regional e global, promover conscientemente o turismo especificamente na capital catarinense.

2 TURISMO: CONCEITO E FORMAS DE TURISMO

2.1 CONCEITO

O turismo é um fenômeno moderno cujo início remonta ao século XIX, com o desenvolvimento da indústria e de suas consequências econômicas, tendo-se voltado a uma elite abastada – inicialmente europeia – mas também, de forma bem mais simples, para uma massa de trabalhadores da indústria, que por disporem de um relativo tempo livre, ou de ócio, podiam gastar suas pequenas economias em colônias de férias ou em viagens a lugares próximos preparados para recebê-los, como albergues e estalagens. Se o intuito inicial era o descanso e o bem-estar dos trabalhadores para que voltassem dispostos e animados para o trabalho, não tardou a se ver no turismo um recurso lucrativo e rentável para os hoteleiros, empresários, cidades e países, que com o tempo buscaram especializar-se na matéria almejando o lucro. No século XX, a função do turismo como fonte de renda destacou-se de outras intenções históricas, função que foi defendida, sobretudo, pelo Estado e por empresários e proprietários.

Lembremos que, enquanto deslocamento de pessoas para fins que não sejam meramente de atividade remunerada, o turismo existe desde muito antes. Por exemplo: sabe-se que na corte de Luís XIV, gente abastada, nobres e burgueses de muitos países acorriam a Versalhes para simplesmente ver o rei passar nos corredores do palácio, razão essa mais política que econômica para a Corte, e havia infraestrutura na cidade, como hotéis e albergues, para acolher um número de turistas significativo para a época.

Porém, no sentido que consideramos, o turismo moderno, com características mais complexas, é recente. Nas palavras de Oscar de la Torre:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de pessoas ou grupo de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (PADILHA, 1997, p. 19).

Ao longo do século XX, o turismo adquire proporções, diferenciações e especificidades que não o caracterizaram em épocas passadas. Fala-se agora numa “indústria do turismo”, como uma máquina que produz turistas, produz paisagens vendáveis, produz valores, produz consumo: de alimentos, de deslocamentos, de *souvenirs*, de hospedagens, de passeios, de tratamentos, de estudos, de congressos etc. No intuito de trazer ao leitor uma visão mais ampla

do que entendemos por turismo, elencamos a seguir uma lista de diversos tipos de turismo, o que não esgota outras possibilidades.

Hoje existem muitos tipos de turismo, como: turismo de lazer, turismo de negócios, turismo alternativo, agroturismo, turismo balneário, turismo da droga, turismo sexual, turismo sustentável, turismo fluvial, ecoturismo, geoturismo, turismo industrial, turismo de massa, turismo de montanha, turismo médico, turismo responsável, turismo de pesca, turismo religioso, turismo gay, turismo rural, turismo esportivo, turismo social, turismo realidade, turismo naturista, turismo participativo, turismo urbano, turismo voluntário, etc. (ANDRADE, 2001). Mas, ao longo deste trabalho, trataremos primordialmente de dois tipos de turismo por se afinar com nossos objetivos: turismo de massa e turismo sustentável. .

2.2 TURISMO DE MASSA

Se, por um lado, na Europa do século XVIII, o turismo era praticado por aristocratas que buscavam confrontar-se com mundos diversos (muitos saíam para estudos botânicos, antropológicos, geográficos, etc.) ou simplesmente para terem contato com a população autóctone, confrontados com realidades que lhes acrescentaria algum aprendizado ou novos valores, até mesmo em termos iniciáticos; por outro lado, no século XIX, a burguesia tenta imitar essa finalidade, mas inicia um desfrute, sobretudo, da viagem. Conforto passa a ser um valor, aliado à beleza.

O século XX já descortina a viagem como uma iniciativa desconectada do sentido de aprendizado interior e, sobretudo, o turismo de massa o rejeita categoricamente. O turismo de massa é o turismo do descanso, do desfrute, do “eu mereço fazer o que quiser, estou de férias, trabalhei muito para isso, quero conforto” – sombra e água fresca, como se diz – ainda que o custo da viagem inclua filas sem fim e limitações de muitos tipos. No turismo de massa os destinos já são conhecidos de antemão, não há objetivo de aperfeiçoamento humano, os ambientes tendem a se uniformizar (as comidas podem ser estandardizadas, como nos *fast food* e bebidas como Coca-Cola, encontrados em toda parte), há uma assepsia generalizada, ambientes como *hall*, camas e quartos de hotéis generalizados (como por exemplo, Ibis, Formula 1), e o *marketing* é acentuado, marcando a importância dos locais, os valores a serem cultivados, um direcionamento do olhar e das vontades. O turista é um consumidor e deve executar bem seu papel, sem contato com as diferenças que se lhe aparecem, sem que ele queira ou que esteja no programa da viagem comprada.

Destinado a grupos de pessoas que se deslocam motivadas mormente por baixo custo, facilidades de deslocamento, simplificação nas relações com o local (infraestrutura, relações humanas facilitadas, etc.) e movidas por um *marketing* avassalador com promessas de descanso, natureza, etc., o turismo de massa é o mais destrutivo do ambiente que o recebe.

Tendo aparecido na esteira da generalização dos salários de férias em muitos países industrializados, o turismo de massa cresce a partir do pós-guerra e nos anos 1960, permitindo, nos países industrializados, que massas populares viajem e sustentem o setor econômico do turismo. Trata-se de férias mais baratas, com baixo custo de transporte e hospedagem acessível.

O turismo de massa, também chamado turismo de sol e praia, é o mais convencional, passivo e sazonal, tendo a sua criação vinculada à consolidação do capitalismo, o que propicia o surgimento do seu público alvo, a classe média. É normalmente menos exigente e desprovido de um maior conforto, pois é um segmento turístico voltado para a classe intermediária da sociedade e tem como característica principal o seu baixo custo. A Organização Mundial do Turismo (OMT) constata que o turismo de massa ainda está na sua "infância", pois, diferentemente do turismo "elitista", conserva ainda uma importante demanda latente ou (não-público), dependendo, portanto, da conjuntura econômica e particularmente do aumento do poder aquisitivo da população gerando uma "classe média" (WIKIPEDIA, 2016).

No Brasil, o turismo de massa se dirige à classe média, e seria absurdo considerar que aqui, assim como em países "não-desenvolvidos", o turismo de massa se dirigisse à classe baixa, ou que todos tivessem acesso ao turismo de massa. Com ganhos muito limitados, infelizmente a classe baixa se situa aquém desse acesso. Os efeitos do turismo de massa que tal mudança engendrou são múltiplos, exigindo uma reestruturação dos serviços, seja para melhor atender a demanda, seja para melhor proteger os locais "assolados" pelos turistas de massa.

A Organização Mundial do Turismo considera a viagem como um direito de todo ser humano. Nós consideramos esse conceito como fruto de conquistas de sociedades mais complexas, pois vemos o ser humano como alguém com diferentes necessidades e estas se exprimem também de modo diverso. Por exemplo: se considerarmos sociedades tribais de seres humanos na Amazônia ou no interior da África, ou tribos polares e no interior da Ásia, naturalmente o conceito se relativiza. O Escritório Internacional do Turismo Social considera o turismo uma exigência social. Hoje em dia os "pacotes de viagem" são os meios mais atrativos criados pela indústria do turismo para fomentá-lo.

Cumprе salientar que o turismo de massa tem tido frequente repercussão negativa sobre a população e o meio ambiente. O lixo é produzido em massa; o consumo de energia e de água alcança números inimagináveis, inviabilizando atendimento de uma população que aumenta

absurdamente em curtas temporadas. A água é muito desperdiçada em hotéis, em detrimento da população local (que necessita de água corrente, irrigação). Em Florianópolis, especialmente na sua parte insular, a situação é crítica.

Conforme dados da CASAN, no norte da Ilha, principal reduto e concentração de turistas na Ilha de Santa Catarina, “somente esta região da cidade consome 300 litros de água por segundo, número que salta para 540 litros durante a temporada de verão.” E o artigo, que defende o uso racional da água, complementa, ilustrando a fragilidade da situação: “Um dos cuidados que se pede é evitar a superlotação de imóveis, ou seja, alugar casas e apartamentos de um ou dois quartos para 20 pessoas, como costuma ocorrer.” Assim como: “O imóvel que você aluga tem limites, precisamos que todos colaborem e evitem essas situações ao máximo; é ruim para a cidade, para os moradores e para os visitantes”, enfatiza o presidente da Casan, Valter Gallina (RIBEIRO, 2015).

O turista de massa prefere o divertimento à diversidade, o conforto antes de tudo. Assim, ao mesmo tempo em que o turista “adora” a viagem e o que viu, ele contribui para esgotar sem piedade aquilo que “ama”.

2.3 TURISMO SUSTENTÁVEL

A expressão turismo sustentável compreende diferentes formas de turismo alternativo que respeitam, preservam e valorizam sustentavelmente recursos patrimoniais (naturais, culturais e sociais) de um território onde os turistas acolhidos respeitem o local e a população que os recebem, de modo a minimizar os impactos negativos que eles, turistas, possam gerar durante sua estada.

O turismo sustentável foi definido pela OMT (2001) como aquele que atende às necessidades dos turistas e das comunidades receptoras, protegendo e ampliando as oportunidades futuras. Sendo assim, para que haja sustentabilidade turística, é preciso que exista equilíbrio entre oferta, demanda e comunidade local e desenvolvimento sustentável em lugar do simples crescimento (CRUZ, 2011, p. 288)

O ecoturismo é, entre outras, uma forma de respeito ao ecossistema, às etnias daqueles que as recebem os enquanto culturas diversas, e à biodiversidade do local. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo sustentável busca

conciliar os objetivos econômicos do desenvolvimento com a manutenção da base de recursos indispensáveis à sua existência. Mais claramente, trata-se de um turismo que assegura um desenvolvimento econômico inscrito sustentavelmente a longo prazo, ao mesmo tempo respeitoso dos recursos do

meio ambiente e socioculturais e respeitoso dos seres humanos, visitantes, assalariados do setor e população que os recebem (OMT, 1999).

Trata-se de uma forma de turismo que busca assegurar o desenvolvimento econômico e a gestão das necessidades sociais e estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos, a diversidade biológica e os sistemas vivos. Dentro dessa concepção, os atores (hóspedes e hospedeiros, setores de serviços) são convidados a participar ativamente e a respeitar a sustentabilidade do ambiente em relação às atividades postas em prática. Diversas atividades entram em jogo na sustentabilidade: os modos de transporte, o controle dos fluxos de energia, de bens e de pessoas, o consumo de bens e serviços, o destino do lixo e sua operacionalização; o controle da poluição visual, populacional, sonora, material, a integração da inter-relação da população local com o turista são itens levados em consideração.

Os responsáveis pelo turismo sustentável – que, grosso modo, implica todos os setores concernentes, tanto o turista quanto os políticos, empresários, profissionais de serviços, população local, enfim todos aqueles que participam do processo direta ou indiretamente – devem considerar as variantes que implicam o processo turístico. Porém, cabe diretamente aos responsáveis pela iniciativa dos empreendimentos turísticos, como políticos, empresários, responsáveis por projetos e agências financiadoras, levar em consideração:

- O estado inicial dos locais, que inclui dados econômicos, sociais, culturais e ambientais (o estado dos ecossistemas, seu potencial ecológico, etc.)
- Avaliar a vulnerabilidade e a fragilidade do meio natural e da população: em certos casos, por exemplo, o turismo é causa de um choque cultural e pode provocar riscos sanitários por meio de contatos patogênicos, considerar a superfrequentação do local e a superexploração dos recursos, a curto e longo prazo.
- Considerar medidas de precaução, de compensação e de conservação para viabilizar os impactos sem, contudo, abandonar um lastro de recuperação rápida e possível dos danos eventualmente causados.

Pode ser considerado turismo sustentável certos tipos de turismo esportivo, turismo de balneários (litoral e praias), turismo rural, turismo urbano, e todo aquele que leve em consideração a sustentabilidade da atividade sem a degradação do local que a acolhe. Nesse caso, consideramos que é sustentável, por um lado, o turismo em si mesmo por poder perseverar, mantendo sua qualidade em atendimento das necessidades dos turistas e de todos os envolvidos; e, por outro lado, também são sustentáveis o local e as condições em que vive a população local que o acolhe. O turismo sustentável requer, como também outros tipos de

turismo, um planejamento que possibilite a utilização dos recursos sem destruí-los, permitindo preservar, para as gerações futuras, o “patrimônio” explorado agora. Para que tal princípio seja respeitado, torna-se imprescindível planejar de forma participativa, trazendo os diversos atores do turismo para a discussão.¹

O conceito de turismo foi sendo sistematicamente alterado em função das necessidades dos ganhos nele projetados pelo sistema de acumulação e lucro. Em um primeiro momento, era como uma espécie de relaxamento para as classes mais favorecidas economicamente que desfrutavam do tempo que tinham ocioso para o lazer em locais pré-estabelecidos por afinidades individuais. Com o passar do tempo, o setor se generaliza, com intuito de ganhos em massa e em escala para lucrar com tais serviços. Vende-se tudo! Pacotes de viagem incluem: passagem, hospedagem passeios e até mesmo as paisagens para o turista, diminuindo cada vez mais os interesses pessoais antes valorizados. Na base do “quanto mais melhor, e maiores os ganhos”, o turismo de massa vem conquistando espaço por proporcionar uma circulação maior de capital nas regiões onde é praticado, favorecendo apenas alguns setores da sociedade que lucram com essa atividade.

¹ A esse respeito, convém lembrar que a gestão responsável e sustentada dos recursos naturais e o respeito à preservação da identidade cultural de populações nativas têm servido como base para a reflexão no momento de planejamento de destinos turísticos para construir ações que atendam aos anseios e necessidades de desenvolvimento de muitos destinos. O Brasil é um país com potencial turístico, graças às suas belezas naturais, à diversidade cultural e biológica, e pela impressionante riqueza cultural de povo. Além de servir como fonte de rendimento para os investidores, o turismo pode também promover o desenvolvimento sustentável dos municípios através da gestão e da aplicação de um planejamento sustentável efetivamente criado de forma participativa e integrada.

3 O TURISMO NA CAPITAL CATARINENSE

3.1 O PERFIL DO TURISMO

O perfil do turismo que vem sendo incentivado através de ações políticas e empresariais é o turismo de massa. Esse tipo de turismo ocorre em períodos sazonais com intensa circulação, tanto de pessoas como do capital trazido por elas. Ele consiste, como já vimos aqui, na busca da máxima ocupação em todos os ramos de serviços e atividades econômicas, que possam ser oferecidos aos nossos visitantes em vista de lucro como sinônimo de desenvolvimento geral (mas aqui se leia econômico e dirigido a um grupo seleto de empreendedores e proprietários, muitas vezes políticos locais).

Ocorre que o turismo se desenvolve em função do cenário natural litorâneo privilegiado, atraindo um turista que busca apenas espairecer nas praias, e não para entrar em contato com o povo e a cultura ilhoa. Constata-se que aqui ‘os aspectos de valorização e preservação da cultura de origem açoriana, embora lembrados constantemente por pesquisadores, foram considerados secundários perante o ímpeto do consumo das praias (CECCA, 1996, p 216).

O turismo em massa na capital catarinense se mostra individualista, pois a “massa” dos que aqui chegam é movida por ímpetos e desejos consumistas em detrimento da preservação e da valorização da cultura local. Esse perfil turístico consiste no máximo usufruto e desfrute das belezas naturais, máximo consumo de bens e serviços ao seu alcance, notadamente os de menor valor agregado, onde é marcante o descompromisso com os aspectos sustentáveis, assumindo a característica de uso e consumo predatório.

A predominância das relações comerciais entre os turistas e o povo nativo traz implicações em vários aspectos do ambiente coletivo, das alterações arquitetônicas e urbanísticas; interfere na cultura e nos costumes locais, tendo como última consequência a perda da identidade e das características na cidade.

O convívio em massa se torna frequente entre os turistas e moradores locais. As praias são disputadas e transformadas em espaço de lazer, um ambiente coletivo “artificial”. Esse novo ambiente criado se traduz no acesso a um bem puramente comerciável. Um exemplo típico desse processo são os *beach clubs* instalados no balneário de Jurerê Internacional, onde construções na beira da praia criam uma “barreira” social colocando turistas com grande poder aquisitivo de um lado e turistas de classe média baixa e a população em geral no outro lado. Todos estão desfrutando o mesmo espaço, (público?!), porém com interesses econômicos por

parte dos proprietários e de status social pelos frequentadores, conflitando com os demais que procuram apenas um momento de lazer na beira da praia.

No modo de produção capitalista, portanto, o homem está separado de si próprio, de sua própria natureza. Ele existe não enquanto homem, mas enquanto produtor–consumidor. Sua humanidade se expressa no sentido do ter e do estar na coisa. As relações humanas tornam-se eminentemente materiais, e a grande desgraça está em não pertencer ao mundo mágico das mercadorias, conforme ocorre com milhões e milhões de pessoas atualmente, que se encontram abaixo de qualquer noção de civilidade (OURIQUES, 1998, p. 42).

O turismo em massa é a modalidade de turismo mais próxima e que melhor representa a lógica do modo de produção capitalista. Essa visão e esse modo de vida, puramente comerciáveis, preconizam o consumo individual como forma de bem-estar social. O consumo se torna uma forma de ser e de estar na concepção de status, onde as paisagens são disputadas de modo concorrente como forma de expressão de ter, de poder. Tem valido mais o status do que o espírito de lazer: “o turista internacional, ou mesmo de outras regiões do País, estabeleceu um envolvimento puramente comercial com o lugar, graças à sazonalidade e talvez à eventualidade de sua presença” (CECCA, 1996, p 217).

A concentração de turistas no verão, sobretudo durante as festas de fim de ano, é fomentado pela mídia e por governos de modo a incentivar essa modalidade de turismo de massa. O interesse é a máxima lotação e a maior arrecadação possível, cujos recordes são divulgados para a sociedade como benefícios para o bem comum da população local.

Parte desses turistas passa a frequentar Florianópolis todos os anos, inclusive estendendo sua estada durante o verão. Ainda considerando que uma fração deles venha a estabelecer maiores laços com a cidade, seja adquirindo imóveis ou participando de negócios, etc., sua vida aqui se restringe às relações comerciais e demais relações inerentes a sua estada, raramente evoluindo para atividades profissionais e relações sociais mais duradouras e participativas em sociedade.

Já o turista internacional se caracteriza pelo uso de serviços diferenciados e de maior valor agregado, normalmente oferecidos por hotéis ou resorts de alto padrão, aumentando a sensação do consumo privilegiado por aliar comodidade e conforto oferecidos por esses locais à presença constante da natureza, refletindo uma sensação plena de bem-estar associada ao consumo. “A praia transforma-se em mercadoria, não importando o espaço coletivo que se está criando, mas somente o acesso a esse bem comerciável” (PIMENTA, 2005, p. 43).

De outro modo, o turista local, associado ao turismo de massa, em grande parte também incluindo estrangeiros de países vizinhos do Mercosul, utilizam serviços de menor valor agregado e maior grau de informalidade. Normalmente se instalam em casas de parentes ou alugadas em conjunto, dentre alternativas, muitas vezes em condições precárias, que embora possibilitem a estada na cidade a indivíduos de menor renda, estão associadas a um turismo não apenas de baixa qualidade, mas também gerador de externalidades negativas para a cidade. Essa condição turística mais modesta dificulta o acesso direto ao “pleno consumo”, ao mesmo tempo em que aumenta largamente a demanda por serviços públicos e privados, gerando transtornos peculiares dos grandes centros, como, por exemplo, a dificuldade de mobilidade urbana. Porém, no quesito da integração e participação do convívio com a sociedade local, esses dois perfis se equivalem por inteiro, tanto pelo desinteresse social, como pelo interesse no consumo predatório.

Esta modalidade de turismo teve um impacto maior na área central de Florianópolis, constituindo demanda de comércio, serviços e lazer mais intensa e, sobretudo, diferenciada. (...) Isto intensificou a presença do turista, agora não apenas mais um morador da região, mas um estranho que se hospeda nas praias e estende seu consumo à cidade. (...) Este turista não participa dos eventos e da vida urbana do centro da cidade: é um espectador. Não conhece os detalhes, as raízes e os objetivos secretos dos pequenos e grandes rituais cotidianos da cidade. Embora não esteja a priori excluído da participação, ele não consegue entrar no jogo, pois está ali para consumir, somente para isto (CECCA, 1996, p. 2017).

O centro da cidade se torna um local de oferta de serviços e produtos que não se enquadram nos balneários por falta de estrutura e demanda concentrada fora da temporada que justifique investimentos adequados. Em dias com clima desfavorável para atividades ao ar livre ou para desfrutar as praias, o centro da cidade, onde estão instalados os principais centros comerciais (*shopping centers*) atrai grande parte da população turística com intuito de divertir-se e fazer compras. (Vide anexo II).

A chuva de ontem afugentou turistas e moradores das praias de Florianópolis. Com isso, os shoppings da Capital ficaram lotados, o que causou engarrafamentos no Centro da cidade. Segundo informações da Central RBS de Meteorologia, o sábado deve continuar chuvoso em todo o Estado. Mas a previsão é de que o tempo melhore domingo à tarde, devido à entrada de uma massa de ar quente. Depois de passar o Réveillon com a família em Canasvieiras, na Ilha, o comerciante de Lages Hernane Luiz Vieira, de 54 anos, não pôde passar os últimos dias de férias na beira da praia, devido à forte chuva de ontem. Assim como ele, o destino de muitos turistas e moradores foi os shoppings da cidade. – É uma boa opção para um dia de chuva – afirmou Hernane. Segundo Derilson de Oliveira, gerente da banca Panorama, no Shopping Beira-Mar, a movimentação durante a temporada de verão dobra em

dias chuvosos, aumentando em mais de 75% o faturamento da loja. Este deslocamento mútuo (sic), combinado à chuva contínua, deixou o trânsito lento no Centro da capital. Nas intermediações do Centro, próximo à Avenida Mauro Ramos, e na Avenida Beira-Mar, os motoristas tiveram que ser pacientes com o engarrafamento (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2009).

Os monumentos históricos, museus, praças e a parte histórico-cultural da cidade pouco interessam a esse público, ávido por consumir bens materiais de forma a suprir uma carência coletiva, cuja origem nem eles mesmos conseguem identificar.

3.2 CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO EM ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS LOCAIS

É natural que a presença de grande quantidade de turistas provenientes de diferentes culturas interfira no ambiente local, em seus aspectos sociais e culturais. A grande concentração de pessoas de outras regiões, estados e países influencia diretamente a convivência local. Tal convivência tem um impacto direto nas relações sociais, gerando um novo aspecto cultural que acaba ditando novas tendências de convívio entre a comunidade e os visitantes.

O turismo em massa acaba gerando um choque cultural entre comunidades tradicionais, com seus costumes locais, estimulando padrões consumistas, transformando a base da sociedade de economia de troca, na qual os valores éticos e culturais se perdem, diluídos no consumo destrutivo, desfazendo os últimos vínculos da população local com seus costumes que até então sempre foram preservados e incentivados através das gerações.

O turismo representa um ‘choque’, é algo que ‘sufoca’, que tira a ‘essência’, a ‘privacidade’, constituindo-se num ‘elemento estranho’ aos costumes dos moradores da localidade, atuando como indutor-desagregador das atividades tradicionais – os hábitos sociais ‘junto com o desaparecimento das condições materiais a que se associavam (CECCA, 1996, p. 216).

A falta de privacidade citada é claramente identificada nos aluguéis de temporada. Famílias do interior da Ilha que geralmente dividem o mesmo terreno de forma multifamiliar, por questões culturais e por herança financeira, chegam a dividir o mesmo teto provisoriamente ao locar suas residências para turistas. Na maioria desses casos, as famílias não procuram imobiliárias para gerir a transação para não arcar com as taxas e custos adicionais, ficando desprovidos de assistência jurídica pela falta de um contrato formal. E por essa falta de formalidade jurídica, não são raros os casos de destruição do imóvel por parte dos locatários, que não respeitam as normas básicas da boa convivência, causando todo tipo de estragos nas residências locadas pelo fato de estarem pagando pelo serviço adquirido. Há casos onde o lucro

do aluguel praticamente é todo utilizado para cobrir os gastos com reforma e reposição de móveis e utensílios danificados.

Fatos como esses mostram que o ato meramente mercantilista de compra e venda no período de temporada é o que vale nas mais diversas transações entre os indivíduos. Atos considerados inapropriados pela sociedade são frequentemente tolerados e até ignorados, como o despejo de lixo nas praias e nas ruas da cidade. O ambulante que consegue seu alvará para vender na praia não ousa importunar os turistas (consumidores), ao vê-los desrespeitar os locais de coleta de lixo, (ainda que poucos), e simplesmente deixam todo tipo de resíduos do que foi consumido nas praias. Esse tipo de comportamento é praticamente inexistente fora da temporada, pois os moradores locais se “autofiscalizam”, inibindo todo tipo de atitudes que deterioram o meio ambiente e a coletividade como um todo.

Deve ser enfatizado que, se por um lado o turismo é, na verdade, uma das potencialidades mais concretas da Capital de Santa Catarina, ele assume hoje uma característica predatória, desequilibrando o sistema natural e desestruturando as comunidades tradicionais (CECCA, 1996, p. 216).

Observamos que o turismo de massa tem o poder de mudar mesmo que temporariamente a consciência coletiva. Verificamos que as pessoas que visitam Florianópolis pela primeira vez durante a temporada não são capazes de identificar os atos praticados por nossa sociedade. Um exemplo notório é o respeito às faixas de pedestre. Fora da temporada, grande parte dos motoristas locais respeita a sinalização, parando nas faixas preferenciais para dar passagem aos pedestres. Com a chegada da temporada e o aumento dos veículos que aqui circulam, a lei passa a ser menos respeitada. E um viajante que aqui está pela primeira vez não saberá que esse comportamento não é característico dos motoristas locais. E os próprios motoristas e pedestres locais, vendo aquele desrespeito, acabam deixando o bom hábito adquirido ao longo do tempo, o que gera um círculo vicioso. Quem realmente sofre com esse choque cultural é a população local. Não se pode deixar que hábitos indesejáveis sejam incorporados ao nosso meio pelo convívio forçado, nem que infrações sejam ignoradas pelas autoridades locais. Mas com nossa população praticamente dobrada em período sazonal, as regras e costumes que sempre foram valorizados e respeitados pela sociedade, passados de geração em geração, são simplesmente ignorados e até mesmo ridicularizados, havendo uma mudança concreta nos pensamentos e ensinamentos, principalmente na camada mais jovem da população.

Do contato do turismo com as comunidades locais resulta um quase acultramento e conseqüente desvalorização da cultura e dos costumes locais, principalmente pelas gerações mais jovens nas próprias comunidades, devido a interesses de natureza comercial.

A carência de políticas públicas efetivas voltadas para a preservação e valorização do folclore e da cultura local ajuda a perpetuar essa falta de interesse por parte dos visitantes.

Há uma carência de política pública enfatizando a preservação e respeitando a capacidade de oferta da cidade, visando a um turismo sustentável. Podemos observar que existe um apelo excessivo por parte do governo em atrair novos turistas sem a devida contrapartida no que diz respeito aos serviços básicos que proporcionem qualidade ao nosso turismo.

Ao invés de bombardear paulistas, cariocas e gaúchos com campanhas de marketing, o governo deveria avisar sobre nossas históricas e graves deficiências de infraestrutura. A forma mais eficaz de se limitarem os impactos negativos do turismo é optando por uma abordagem preventiva, ou seja, através do planejamento e ordenamento do território e da seleção da oferta e da procura que melhor se adapta ao lugar. Desta forma minimiza-se o impacto causado pela falta de conhecimento e percepção dos visitantes em relação aos costumes da população local intensificando um laço maior de convivência (JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, 2014).

3.3 CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO EM ASPECTOS ECONÔMICOS LOCAIS

No âmbito do comércio local e do setor de serviços, a influência negativa do turismo acontece não só no aumento dos preços, mas também gera oscilações na estrutura de oferta e demanda local. Observa-se um pico sazonal na demanda por serviços não preenchida pela população local, gerando vagas temporárias que atraem força de trabalho do interior do estado de Santa Catarina e demais regiões do país.

No que concerne à influência no setor de serviços, comparado a outros tipos de turismo, como o de negócios, esportivo ou de qualquer outro nicho especializado, o turismo de massa horizontaliza a oferta de serviços, desfavorecendo o destaque, a especialização e a evolução de competência e agregação de valor na prestação de serviços.

A ascensão da atividade turística em diferentes localidades do Brasil, e especialmente a expansão de empreendimentos hoteleiros de médio e grande porte, também influenciam a busca de novos padrões ou perfis de trabalhadores e o aumento de exigências de qualidade profissional. Assim como ocorre em outros setores, o discurso hegemônico é o do trabalhador com baixa ou nenhuma qualificação. Na opinião dos empresários, a realidade interfere negativamente no desenvolvimento do turismo. Por um lado, os mesmos empresários continuam pagando baixos salários, submetendo os trabalhadores a longas e extenuantes jornadas de trabalho e investindo pouco ou nada na qualificação, em função dos custos ou por defender que é obrigação do Estado e não da iniciativa privada (SILVA; MIYASHIRO, 2007, p. 83).

Ocorre desta forma um círculo vicioso tanto por parte dos empresários quanto por parte dos interessados em ocupar as vagas e do próprio Estado para a qualificação da força de trabalho. Por se tratar de vagas temporárias, os empregados não se dispõem a obter uma qualificação mínima necessária para realizar os serviços ofertados, impactando diretamente no salário oferecido. Dessa forma, os empresários contratam força de trabalho pouco qualificada comprometendo o serviço prestado ao consumidor final.

A maior dificuldade que temos para o verão é a de conseguir mão de obra qualificada. Isso porque temos um período muito curto para selecionar, treinar e capacitar as pessoas — expõe Fábio Queiroz, presidente da Abrasel. Entre julho e outubro, a indústria contrata para atender aos pedidos que estarão nas lojas no fim de ano. Em setembro, dado mais recente disponível, o saldo de empregos com carteira assinada (contratações menos demissões) foi de 1.694 vagas, o pior resultado registrado desde 1998. No mesmo mês de 2010, este número era de 4.123 postos de trabalho. Em julho deste ano, um dos meses em que a abertura de vagas na indústria se destina aos pedidos de Natal, inclusive, o setor demitiu mais do que contratou. Representantes do setor de turismo do Estado concordam que a formação desejável para os temporários é, dependendo da função, de ensino primário a ensino médio completos, alguma experiência na função e um curso de qualificação de, pelo menos, um mês (CAVALLI, 2011).

A busca desenfreada e a todo custo pela máxima ocupação, em curto espaço de tempo, nos leva a malefícios conhecidos e não evitados para toda a sociedade. “Ao mesmo tempo em que se apregoa ‘turismo de primeiro mundo’, reproduzem-se celeremente em Florianópolis os traços de um, digamos, quarto mundo.” (CECCA, 1996, p 2014). O excesso de demanda e de capital circulante acaba gerando picos inflacionários que acabam refletindo em toda a comunidade local; muitas vezes, passado esse período de demanda excepcional, os preços praticados não retornam aos patamares anteriores, prejudicando o equilíbrio anterior a esse evento.

A atividade turística deve ser vista como atividade complementar, fazendo parte da nossa “vocação”, em que o retorno oriundo dessa atividade possa atingir todas as classes sociais e não somente uma pequena parcela de empresários do setor.

Esclarece Hoyedo Lins que o efeito multiplicador do gasto turístico sobre a renda de uma região é “tanto maior quanto mais capaz se mostra o sistema econômico para atender à demanda” de bens e serviços provenientes do turismo. Isto significa que “se a base econômica é frágil, os efeitos multiplicadores com o gasto turístico serão gerados fora, em outra economia”. E diz ainda que é claramente “inadequado planejar e implementar ações em nome do turismo tão – somente, sem levar em conta que, na verdade, um sítio é tanto mais atraente quanto melhor for a qualidade de vida em geral (CECCA, 1996, p. 2015).

Fica claro, assim, que qualquer fomento ao turismo desalinhado ou dissociado de um planejamento amplo e bem elaborado significa dispêndio de recurso não somente ineficiente, como também de consequências temerárias para o desenvolvimento da cidade como um todo, de modo que possa beneficiar toda a população.

Com a chegada da temporada, o começo da atividade turística e sua oferta de trabalho, a população local, ainda que disponível, não se submete às árduas condições de trabalho oferecidas, e principalmente pela remuneração praticada pelos empresários do ramo. Esse déficit entre oferta e demanda de força de trabalho tem como consequência a migração de trabalhadores de diversas regiões do país. Ao se deparar com as adversidades apresentadas, (sendo conhecidas pelos moradores locais), como custo de vida elevado (inflacionado), dificuldades de alojamento e instabilidades climáticas, esses migrantes, se tornam atrativos para os empresários do ramo. Consequências sobre a qualidade do emprego e sua devida sindicalização podem ser observadas:

De acordo com o Sindicato dos empregados do comércio hoteleiro e similares da Grande Florianópolis, apesar de ser muito difícil mensurar o percentual dos trabalhadores informais, o número dos que possuem registro em carteira de trabalho permanece em torno de 30%, e os outros 70% restantes estão na clandestinidade (OURIQUES, 1998, p.98).

A falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes e a pouca mobilização dos próprios trabalhadores, principalmente por serem de diversas regiões, fomentam a clandestinidade e os lucros cada vez maiores dos empresários locais que, com o incremento nas vendas e aumento nos preços praticados pelo choque de demanda sazonal, praticam cada vez mais essa geração de renda, riqueza e emprego, iludindo a sociedade local sobre sua prática. (Vide Anexo I).

O desenvolvimento do turismo de massa de larga escala não contribui de forma sustentável para o desenvolvimento socioeconômico mais vasto para as áreas de destino. É necessário desenvolver projetos no âmbito local que criem empregos e utilizem produtos locais. Só assim teremos um aperfeiçoamento e qualificação da força de trabalho local, mantendo uma sinergia entre a população local e os meios de produção. Essa integração entre força de trabalho e meios de produção beneficiaria os demais setores da sociedade.

O tipo de fomento turístico de maior impacto e resultado para implantar o turismo de massa são as campanhas publicitárias que hoje em dia já ultrapassam o território nacional, vendendo nossa capital como a Capital Turística do Mercosul. Sem o fomento adequado e

dirigido e sem os investimentos necessários para atender com qualidade esse pico de demanda, o multiplicador do gasto turístico se restringe a poucos investidores privados e a empresários desse setor da economia, que não reinvestem na sociedade local o lucro auferido. Fazendo uma analogia com a agricultura, esse tipo de turismo acaba se tornando uma “monocultura”, atividade que fragiliza e desestabiliza a economia local, deixando um grande vazio fora da temporada, impedindo inclusive que seus eventuais benefícios se irradiem para essa economia.

3.4 CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO EM ASPECTOS AMBIENTAIS LOCAIS

Ampliando o campo de análise para a influência do turismo no meio ambiente local, percebe-se a diversidade de aspectos a serem considerados no planejamento e na gestão do turismo, para além daqueles mais intimamente ligados à cultura e à economia da cidade. O retrato atual de Florianópolis representa um crescimento dissonante dos aspectos fundamentais ao seu desenvolvimento sustentável.

O poder econômico tem exercido seu *lobby* imperativo e supremo, alterando os espaços e as paisagens nas diversas partes da ilha, fato que se retrata na expansão irrefreável da indústria da construção civil e no avanço da especulação imobiliária. A verticalização e impermeabilização da área central da cidade, a explosão do número de empreendimentos imobiliários em construção nas diversas partes da ilha e do continente tem ditado um ritmo de crescimento absurdo em face das condições de infraestrutura de saneamento, transporte, energia, educação básica, saúde, mobilidade urbana e demais serviços públicos e privados disponíveis, que estão longe de acompanhar o crescimento da demanda. O conceito básico de sustentabilidade do turismo está ligado a três aspectos importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio. Por desenvolvimento sustentável da atividade turística entende-se aquele que permita melhorar a qualidade de vida da população local, conferindo maior qualidade à experiência turística do visitante e mantendo a qualidade do ambiente do qual dependem população local e visitantes.

O Homem sempre se relacionou com a natureza, seja de forma direta ou indireta, usufruindo da mesma a partir de suas técnicas e de seu trabalho, buscando sempre dominá-la. Essa relação de domínio, principalmente após a Revolução Industrial, fez com que os recursos naturais fossem cada vez mais degradados, gerando inquietações e busca de possibilidades que viabilizassem a preservação, visando garantir os recursos para as presentes e futuras gerações (CRUZ, 2011, p. 44).

O turismo de massa com elevado pico sazonal praticado na cidade de Florianópolis inviabiliza o turismo sustentável. As políticas praticadas não visam à qualidade e ao equilíbrio necessário para manter a sustentabilidade. Tem-se um processo cada vez mais dinâmico e pouco discutido buscando interesses privados.

O turismo é considerado uma indústria e, assim como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como são para a agropecuária ou outros setores da indústria: a utilização não sustentável até o esgotamento de suas fontes de matérias-primas e transferência para outros locais de exploração (LEMOS, 1999, p. 19).

Enquanto novos empreendimentos atraem mais pessoas e conseqüentemente maior demanda por infraestrutura e serviços de modo geral, florescem inúmeros conflitos na sociedade devido ao crescente engessamento da estrutura local, sobretudo no tocante ao planejamento urbano.

Numa área central, cada dia mais urbanizada, onde a valorização imobiliária cresce numa velocidade absurda, o mercado de trabalho local cada dia mais centralizado tem contribuído para um fluxo crescente de pessoas, culminando no estrangulamento dos acessos viários de entrada e saída da cidade, no estrangulamento dos acessos internos entre suas diversas regiões, piorando consideravelmente o aspecto da mobilidade urbana e, como consequência, o cotidiano dos habitantes locais, exercendo grande influência negativa no meio ambiente urbano e na qualidade de vida de seus munícipes. A cidade de Florianópolis vem acumulando um crescimento no valor dos imóveis na ordem de dez por cento ao ano no último quinquênio, impulsionado principalmente com a vinda de paulistas, europeus e norte-americanos que fixam residência na capital dos catarinenses.²

Afastando-se da área central em direção às regiões sul, leste e norte Ilha de SC crescem os conflitos relativos à sustentabilidade e preservação dos recursos naturais em face do planejamento urbano. Inegável identidade da cidade, a sustentabilidade das suas riquezas

² “Maybe, but this is an area that nonetheless contains some surprises: Florianópolis has no slums (although there are isolated areas of rough housing) and low crime rates. Roads are well surfaced and there is a reliable public bus service. The island has a traditional fishing sector — oysters are a key export — but it has also developed a cluster of high-tech enterprises close to the city’s university district. “ E também: “The narrow, hilly island is a fixture in quality-of-life surveys in the Brazilian media and this — coupled with strict zoning regulations to protect the island’s native forest, sand dunes and lagoons — has made high-end houses and apartments scarce. Local real estate values have increased 8 percent to 10 percent during the past five years, with a single flat period at the end of 2008 and the beginning of 2009 during the worst of the global economic crisis, Mr. Keeling said.” (FOSTER, 2011, S/P). Matéria do jornal norte americano The New York Times. A matéria, no entanto, omite problemas no transporte coletivo da capital e a existência de favelas na região.

naturais é certamente o aspecto mais importante para o seu futuro, apesar da negligência generalizada, tanto de órgãos públicos quanto da iniciativa privada que nada fazem para conservá-los. E cumpre lembrar que tais aspectos naturais são capazes de influenciar aspectos culturais e atividades econômicas da região, determinando inclusive seus níveis de qualificação e especialização.

Pela observação empírica, todas as pessoas têm uma noção do clima do lugar onde vivem, sendo que profissionais como pescadores e agricultores, cujas atividades são bastante dependentes das condições atmosféricas, inclusive são capazes de fazer previsões do tempo a um curto prazo bastante precisas (CECCA, 1996, P. 21).

Essas qualidades herdadas de um conhecimento adquirido ao longo de gerações são fundamentais para a integração entre comunidades e em favor do crescimento social e desenvolvimento sustentável local. No decorrer dos anos, obedecendo ao crescimento natural da população, essa integração entre o homem e a natureza vem se perdendo, em grande medida como efeito colateral do crescimento e desenvolvimento desenfreado da “Indústria do Turismo” e seus reflexos sobre essas comunidades.

Esse crescimento desordenado tem empurrado a população de baixa renda para as partes mais altas e íngremes dos morros, aumentando os riscos de deslizamentos, em consequência da especulação imobiliária por parte dos agentes econômicos e de políticas negligentes e irresponsáveis que valorizam o capital em detrimento da capital e de seus moradores.

O turismo e suas atividades relacionadas não foram capazes de promover a descentralização na atividade econômica da capital, principalmente pela quantidade e qualidade dos postos de trabalho gerados fora da temporada, estrangulando a área central da capital.

O turismo de massa na capital catarinense ganhou destaque graças ao aval da grande imprensa, da classe governante (municipal e estadual) e dos empresários dos setores envolvidos, como hotéis, bares e restaurantes, casas noturnas e afins. A partir do envolvimento desses atores, Florianópolis passa a ser a capital turística do Mercosul. O objetivo é a crescente divulgação nacional e internacional das nossas praias e belezas naturais sem a preocupação ambiental e o desgaste gerado na população local pelo trânsito intenso de pessoas e veículos no verão. Quando o tempo está favorável, as praias ficam superlotadas e o trânsito se torna caótico nessas direções. Quando muda o clima, os grandes centros comerciais passam a “desfrutar” dessa demanda reprimida pela falta de opções culturais para entreter os turistas. O turismo de massa na Capital consiste basicamente nesse fluxo contínuo entre as praias e os principais *shopping centers*, concentrando o fluxo humano, e consequentemente econômico, para um setor

pré-estabelecido de antemão que pouco gera de retorno para a sociedade quando acaba o período de veraneio

4 TURISMO, NEOLIBERALISMO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

4.1 NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo defende a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e a ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a diminuição dos impostos e tributos excessivos etc. Essa teoria econômica propõe a implantação de políticas de oferta para aumentar a produtividade e também indica uma forma essencial para melhorar a economia local e global: redução de preços e salários.

Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, para haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Durante os anos 80 existiu na área social uma combinação de avanços e insuficiências. Por um lado, era lícito esperar que se mantivessem as tendências favoráveis manifestas nas décadas anteriores, já que a maturação do investimento na infraestrutura social é lenta e, não obstante a queda nos coeficientes de investimento público e de gasto social nesses anos, se continuou a desfrutar de benefícios de investimentos anteriores. Por outro lado, a persistência da crise afetou os resultados sociais, acentuando a desigualdade. Destaca-se, assim, o papel da crise no estímulo às tendências contrárias à equidade. Nos estudos sobre a equidade no panorama social da América Latina nos anos 80 ficam também evidenciados os aspectos negativos da evolução do nível e da estrutura de emprego, que conjuntamente com a queda da renda média e o caráter regressivo de sua distribuição, configuraram um cenário de deterioração das condições de vida e de redução das oportunidades da maioria das famílias (SCARES, 1995, p. 21).

O neoliberalismo preconiza que o principal responsável por anomalias no funcionamento do mercado livre é o Estado, porque seu tamanho e atividade constroem os agentes econômicos privados. Na visão Neoliberal, as políticas sociais e econômicas devem permanecer como diretrizes da iniciativa privada. Por esse prisma, acreditamos que estados enfraquecidos economicamente, como os chamados países em desenvolvimento, tornam as iniciativas neoliberais mais contundentes em relação a sua população mais vulnerável, por expô-la à agressão do mercado.

“O melhor governo é aquele que governa menos.” (RAMPINELLI; OURIQUES; PETRAS, 1997. p.16) Esse abismo de gestão abre oportunidades para empresas multinacionais e grandes corporações entrarem no cenário político-econômico sendo influenciadas e

direcionadas pelas leis de mercado em detrimento dos interesses coletivos e sociais impactando diretamente a vida da sociedade vigente.

4.2 CONSUMO DE MASSA E TURISMO NA CAPITAL DE SANTA CATARINA

Desde os tempos mais primitivos, o homem produz resíduos sob diferentes formas, provenientes da natureza, que ele utiliza para satisfazer suas necessidades. Com o avanço do Neoliberalismo, nos meados dos anos 1980, o consumo tem tido papel fundamental no desenvolvimento e fortalecimento do modo de produção (e por que não de vida?), capitalista. A partir desse período, boa parte da humanidade, principalmente nos países centrais, transforma o ato de consumir em razões fundamentais de prazer. “O advento do capitalismo impõe novas necessidades, incentivando o consumo de objeto” (SANTOS, 2006, p. 33).

Nessa afirmação observa-se que o próprio sistema, ao criar novas necessidades de consumo, descarta os bens substituídos que até então eram utilizados com boa serventia. Dessa forma, o ciclo de vida útil dos produtos e mercadorias tende a diminuir cada vez mais, não por falta de tecnologia nem de qualidade e durabilidade, mas simplesmente para suprir uma carência social e coletiva que se fomenta pelo consumo em massa.

Com esse novo padrão de vida, pensamento e estímulo consumista, a natureza e os recursos naturais acabarão sofrendo danos irreparáveis, se for mantido esse patamar de crescimento. “Consumir tornou-se uma verdadeira febre social no mundo capitalista ocidental. No entanto, é mister destacar que nem toda a humanidade entrou na psicose consumista” (SANTOS, 2006, p. 20).

Tal afirmação explica a polarização da sociedade capitalista entre a riqueza e a pobreza, tendo a escalada do consumismo principalmente nos Estados Unidos da América, que, pelo alto poder aquisitivo de sua população e meios de comunicação focados em atrair novos consumidores, vem buscando associar o consumo desenfreado a felicidade lactente, chegando a causar uma (falsa) sensação de que viveremos bem melhor consumindo coisas que muitas vezes são desnecessárias em nossas vidas. Ao alimentar essa mentalidade “descartável”, a sociedade caminha para um apetite consumista cada vez mais insaciável, principalmente do ponto de vista ambiental e ecológico. A natureza e os recursos naturais não suportam esse ritmo acelerado envolvendo uma crescente retirada e demanda de materiais orgânicos, versus descarte de produtos industrializados cada vez mais intensos. E cada vez mais os consumidores desempenham papel importante no processo de degradação ambiental. “O problema da

poluição causada pelos diferentes tipos de resíduos aumenta na medida em que as cidades crescem e se congestionam.” (SANTOS, 2006, p. 90).

Se a sociedade foi preparada e incentivada (mesmo que inconscientemente) a entrar na onda do consumo desenfreado e frenético (por interesses meramente capitalistas), não foi dado o mesmo cuidado à conscientização e à educação ambiental necessário para uma qualidade de vida aceitável. O principal problema das grandes cidades é saber lidar com o lixo produzido pela sociedade que não tem para onde escoar tanto material desperdiçado. Além de se tornar um problema ambiental, o lixo é sintoma de uma doença da sociedade atual. As pessoas consomem cada vez mais do que necessitam para se preencher, buscando a felicidade no consumo, que por sua vez é estimulado pela propaganda e pela tecnologia que vendem esse conceito de felicidade ao alcance de todos. A degradação do convívio familiar se acentua, gerando um forte círculo vicioso entre consumo, felicidade e convívio cada vez mais restrito entre as famílias. Dessa forma, como colocada, a estrutura capitalista forja uma bem estruturada teia de relações que acabam servindo como arcabouço para intensificar a cultura do consumo, transpondo barreiras culturais e geográficas, tornando os indivíduos (consumidores) cada vez mais integrados nessa relação (consumir para viver), que em escala cada vez maior atinge bilhões de consumidores simultaneamente, produzindo um efeito multiplicador na consciência consumidora da população mundial.

Esse apelo intensivo ao consumo desenfreado, através da mídia e incentivado pelo próprio sistema, tem reflexos diretos inclusive no desenvolvimento das cidades. A cidade de Florianópolis vive esse momento conturbado em que a construção de moradias em locais privilegiados, principalmente à beira-mar, vem movimentando o mercado imobiliário e da construção civil em detrimento da preservação ambiental. “Os anos oitenta são marcados, em Florianópolis, pela notável expansão da atividade turística, promotora de significativas mudanças na paisagem da orla marítima local” (OURIQUES, 1999, p. 63).

A partir desse momento, que coincide com o avanço do modelo Neoliberal no modo de vida capitalista, o apelo ao bem-estar individual transgride as leis do homem para preservação ambiental apoiado pelos interesses do capital. A orla marítima atrai desejos de consumo que movimentam e estimulam a reprodução do capital por meio do mercado imobiliário e da construção civil, que aproveitam a ideia do turismo, amplamente difundida como geradora de emprego e renda e do desenvolvimento social, maquiando assim os verdadeiros interesses do capital que na sua reprodução altera as condições e qualidade de vida da população local.

As discussões sobre o novo panorama da cidade se tornam cada vez mais restritas, sem a participação dos conselhos comunitários locais. Os novos empreendimentos nada agregam ao

bem-estar social da população. Revitalizações de praças, áreas de práticas desportivas e parques destinados ao convívio familiar perdem espaço, sendo substituídos pela construção de condomínios, hotéis, resorts e demais empreendimentos geradores de lucros. “Isto significa, em outras palavras, que o turismo se comporta como o Diabo da Tasmânia, que devora tudo que encontra pela frente.” (OURIQUES, 1999, p 75).

Esse conceito de turismo acaba por transformá-lo em “devorador de paisagens”, já que engole terreno, a natureza e o patrimônio cultural e social, tornando-se um novo colonizador e destruidor do meio ambiente. Sem o incentivo político, que é movido pelo interesse do capital, outras opções de lazer, e novas práticas culturais não são implantadas, e somos induzidos a crer que o bem-estar cotidiano e nas horas de lazer são remetidos às práticas incentivadas por esse setor, perdendo-se inconscientemente a força para reagir contra esse movimento e nos tornando inclusive aliados dessa situação.

4.3 TURISMO E CAPITAL – SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

A relação entre o turismo e o desenvolvimento da cidade de Florianópolis não conduz a um projeto de viabilidade social agregando os recursos naturais disponíveis, com a preservação e integração com a comunidade local usufruindo seus benefícios. O desenvolvimento é induzido por meros interesses particulares envolvendo a classe política e os empresários do setor, que o direcionam e o definem.

Ao longo dos últimos anos, o litoral brasileiro, e principalmente o catarinense, tem revelado vários aspectos negativos acerca do processo de convivência com a intensificação da exploração de recursos naturais, meramente movida pelo interesse do capital privado que vem lucrando absurdamente com as belezas e riquezas naturais de uso coletivo. Por suas características geográficas, Florianópolis tem sofrido com o descaso já citado aqui. Observam-se alguns pontos peculiares que podemos destacar a esse respeito, entre os quais a ocupação turística intensiva promovida por redes hoteleiras de todas as categorias e as chamadas “segundas residências”, muito utilizadas por moradores locais com certo poder aquisitivo, que constroem à beira-mar para desfrutar de espaços públicos tornando-os particulares pela localização privilegiada. Tal situação ocorrida nos principais balneários da capital induz as comunidades fora do eixo central a uma falsa e principalmente temporária ideia de desenvolvimento.

Nas suas fases de desenvolvimento, Florianópolis conheceu diferentes processos de apropriação do solo, nem sempre compatíveis com a generosidade de sua paisagem natural. A lógica econômica associada à timidez dos planos de ocupação do solo resultou numa cidade fragilizada, sem uma visão prospectiva que, apontando objetivos claros, pudesse reunir os diferentes setores sociais em torno de um projeto comum integrado (PIMENTA, 2005, p. 35).

O interesse privado está cada vez mais presente no cotidiano da sociedade. O poder público, nas esferas municipais e estaduais, se mostra incapaz de frear o avanço do poder econômico. As leis ambientais e os planos diretores são moldados pelos interesses econômicos privilegiando uma pequena parte da sociedade composta pelos investidores, que ganham na especulação, e a classe média alta, capaz de consumir esse novo padrão.

Certos problemas crônicos que atormentam tanto nativos quanto turistas locais são a falta de água e luz e destino correto dos resíduos provenientes da rede de esgoto nos principais balneários. Tais problemas raramente afetam o centro da cidade, que tem sua demanda pouco modificada na alta temporada. A falta de água é o principal problema citado por turistas que veraneiam no local e tema de diversos outdoors e propagandas veiculados pela mídia, financiados pela CASAN.

Baldes cheios na cozinha e no banheiro. A solução encontrada para garantir água para cozinhar e lavar pelo menos os pés na chegada da praia é comum na casa da turismóloga Roberta Vaz Longo, com a proximidade da temporada de verão. O horário de banho também não é o mesmo do decorrer do ano. Ou se toma banho de manhã bem cedo, quando a caixa d'água de dois mil litros ainda está cheia, ou durante a madrugada, quando o abastecimento ocorre com pressão máxima. — Esse ano um caminhão pipa teve que ser chamado para atender outras casas. Nos dias 24 e 31 de dezembro e 1 e 2 de janeiro a falta de água não tem horário, é total (BASSO, 2009).

As tentativas de reduzir o consumo de água com campanhas de conscientização para a necessidade de economizar quando o consumo aumenta, raramente conseguem o efeito desejado. E também o investimento antecipado a esta demanda já prevista nunca ocorre, sempre sendo prometido para a temporada seguinte. Quando se envolve para solucionar o problema (caso raro no período de crise), a companhia piora ainda mais a qualidade de vida das comunidades locais. De acordo com Jusceli Santana, 56 anos de idade e pescador do balneário de Ponta das Canas desde os 17 anos, a CASAN, com o intuito de abastecer a localidade da Praia Brava, que faz divisa com o balneário citado, encerrou o abastecimento do balneário dos pescadores para suprir a praia frequentada por turistas com maior poder aquisitivo. Após constatar o ocorrido, cerca de duzentas pessoas da comunidade se dirigiram à estação local com

o intuito de quebrar as instalações, como forma de protesto, para que a distribuição fosse normalizada. A situação só se normalizou, evitando tragédias de maiores proporções, com a intervenção da polícia militar, que desmobilizou a ação comunitária³. Tal situação é prova concreta do descaso de nossa classe governante que, ao intervir em situações delicadas, como a falta de água para todos, se mostra claramente e sem nenhum pudor em prol dos mais favorecidos (principalmente financeiramente), em detrimento dos moradores locais que pagam seus impostos e não são tratados com o respeito e a dignidade que lhes cabem por direito de cidadãos.

Acerca do saneamento básico e do tratamento dos resíduos que vão para o mar, podemos lembrar, a título de exemplo, que ocorreu uma grande contaminação nas praias do Norte da Ilha devido ao despejo de esgoto diretamente no mar, por falta do investimento necessário do governo para atender o pico de demanda sazonal. Além dos transtornos causados, houve uma superlotação nos postos de pronto atendimento da região para atender a população de turistas e moradores que foram contaminados pela água imprópria naqueles balneários. (Vide anexo III).

As férias da família de Caxias do Sul, que está há três dias em Canasvieiras, dependem da melhora do estado de saúde do pequeno Lucas, de 2 anos. Os vômitos constantes fizeram com que a mãe, Luciana Zurlo, o levasse ontem à Unidade de Pronto Atendimento no norte da Ilha. Depois de três temporadas consecutivas na região, Luciana cogita a volta antecipada neste ano. Nas areias de Canasvieiras, relatos de quadros de virose também são comuns. A empresária argentina Suzana Gorga é taxativa: “Se eu voltar ano que vem não será para Canasvieiras”. Os motivos são a poluição da água e os sintomas da virose que acometeu a turista e diversos conhecidos. Porém, alguns visitantes parecem não se incomodar com a doença. Em um grupo de 20 turistas argentinos, só três escaparam das manchas na pele, diarreia e até febre. Apesar dos contratemplos, garantiram que voltariam ao balneário” (JORNAL HORA DE SANTA CATARINA, 2016).

Os impostos arrecadados por essa “indústria sem chaminés” não têm o retorno desejado em melhorias para a população local, embora os políticos e empresários do ramo tentem a todo custo empurrar aos cidadãos a falsa ideia de que o desenvolvimento da cidade passa pelo fortalecimento do Turismo. Fica claro de que lado estão os responsáveis pelos interesses coletivos da cidade:

“Lei se faz e se desfaz”: será esta a magia desta Ilha, a alteração fantástica das leis de acordo com a vontade das elites? “Estes grupos econômicos são os mesmos que se dizem

³ Entrevista realizada em 25/05/11.

‘amigos de Florianópolis’, mas, na verdade, são contra suas gaivotas, aterram seus mangues que são berços do mar e o nosso alimento presente e futuro.” (CECCA, 1996, p. 222).

Situado no norte da Ilha de Santa Catarina, o Balneário de Jurerê Internacional é fruto de um investimento de alta classe. Ousado para os padrões da cidade, o projeto visou à criação de um balneário com alto padrão de vida. O aspecto ambiental sucumbiu ao interesse e à força do capital, gerando uma concentração “artificial”, tanto pelos padrões da cidade como do país. Esse novo conceito tende a se alastrar pelos demais cantos da cidade. Numa situação indesejável, um turista do balneário de Jurerê Internacional, praia conhecida e frequentada por milionários de todo o país com repercussão internacional, durante uma entrevista para a TV Record News, em 30/12/2007, de alcance internacional, se vangloriava diante das câmeras por ter adquirido uma mesa com bebidas importadas no valor de R\$2.500,00 dizendo que aquele local só deveria ser frequentado por ricos e milionários como ele. Não satisfeito com suas declarações infames, ele retira uma nota de R\$20,00 e a rasga diante das câmeras, alegando que, para ele, essa quantia não representa valor algum. (RECORD NEWS, 2007). Num país onde a concentração de renda nos envergonha e a miséria ainda prevalece em certas regiões, locais como este só manifestam ainda mais a alienação e descaso humano por parte de seus frequentadores, em cuja praia, como o próprio turista menciona, somente os abastados financeiramente são bem-vindos, deixando a população local como mera força de trabalho disponível para atender seus luxos. Esse tipo de “desenvolvimento” só serve para enfatizar como a classe política local beneficia a qualidade de vida das pessoas mais favorecidas, que retornando à sua cidade de origem mal saberão que seu conforto foi adquirido mediante o desconforto alheio, e que a cidade esconde uma brecha cruel entre as classes sociais que aqui convivem por curtos períodos de tempo.

Empreendimento implantado no norte da Ilha de Santa Catarina, durante a década de 1980, o projeto denominado Jurerê Internacional constitui exemplo paradigmático das contradições do atual modelo de desenvolvimento urbano. Busca atender a uma demanda de consumo privado, de camada média e alta, sem alterar significativamente o quadro de carências das comunidades ali sediadas, e sem valorizar um aproveitamento mais racional dos recursos locais – na perspectiva da satisfação de necessidades sociais básicas e de um melhor equilíbrio nas relações sociedade-meio ambiente (PIMENTA, 2005, p. 111).

Além de elevados, os lucros gerados pelo turismo se concentram em poder dos empresários atuantes no setor. Para que a sociedade possa usufruir desse retorno, é necessária uma fiscalização sobre a arrecadação tributária dos serviços prestados e das negociações envolvidas. A sociedade, que paga seus impostos e contribui para viabilizar esse processo,

merece maior transparência e eficiência nas gestões políticas, principalmente quanto à fiscalização e quanto à execução de obras de infraestrutura que realmente possam atender a demanda de toda a sociedade, sem privilégios.

Os grandes capitais nacionais e estrangeiros que rapidamente vêm realizando investimentos turísticos na Ilha (em especial nas praias), indicam a elevada margem de lucros que se obtém nesta atividade, além de significarem, a médio prazo, fluxos financeiros para fora da região. O grande fluxo de recursos proveniente do turismo é altamente concentrado, sendo que a forma principal de distribuir os mesmos, evitando que sejam drenados para fora, é através de uma ação tributária, desde que o poder público se capacite para cobrar o que deve ser cobrado, porque no fim das contas, a criação da estrutura que permite o turismo acontecer é algo pago pelo contribuinte (CECCA, 1996, p.218).

O investimento direcionado ao turismo busca explorar áreas ainda pouco expandidas e principalmente não tão valorizadas para reprodução do capital. Buscando essas alternativas, cria-se uma especulação em torno de um projeto que não visa à melhoria da comunidade, mas o resultado financeiro que será gerado. Dessa forma, temos colônias de pescadores que se deparam da noite para o dia com situações fora do costume local. As novas perspectivas se destinam à reprodução do capital investido, e suas consequências serão impostas para reproduzir esse novo modo de vida.

As atividades ligadas ao turismo tiveram notável expansão em Florianópolis a partir do início dos anos oitenta, impulsionando profundas mudanças sócio-espaciais no município. Desenvolve-se um franco processo de direcionamento dos capitais para a orla marítima, inicial e preponderantemente para a parte norte da Ilha de Santa Catarina, locais de até então relativa estagnação socioeconômica, onde predominavam comunidades pesqueiro-artesanais (OURIQUES, 1998, p. 61).

Na baixa temporada, principalmente entre os meses de abril e outubro, essas comunidades são habitadas por moradores que não demandam – aos olhos das autoridades – investimentos elevados em termos de infraestrutura no dia a dia, como grandes rodovias, redes de água e eletricidade de porte elevado e saneamento básico adequado, pelo fato de o número de moradores ser pouco expressivo. A classe política os enxerga como minorias sem grande poder de mobilização. Porém, com a chegada do verão e o aumento de turistas circulando pela cidade, esses locais que ficavam ociosos tornam-se extremamente atraentes por oferecer opções que se enquadram financeiramente aos visitantes de diversas classes sociais. Os de maior poder aquisitivo lotam os hotéis à beira-mar com toda mordomia e serviços possíveis de comparar. Os menos favorecidos financeiramente optam por alugar casas de moradores locais em condições

mais modestas, ainda que a preços bem acima da média anual. Atrás dessa demanda expansiva estão os ambulantes e trabalhadores informais que se alojam em barracas ou pequenas quitinetes em busca de local seguro para dormir e guardar suas mercadorias e utensílios de trabalho. As condições de moradia e higiene são precárias, e os alimentos comercializados são armazenados e manipulados sem a devida observância aos preceitos da Vigilância Sanitária, colocando em risco a saúde dos consumidores turistas e moradores locais.

Agentes da Vigilância Sanitária apreenderam aproximadamente oito toneladas de alimentos fora das condições de conservação em dormitórios supostamente utilizados por vendedores ambulantes clandestinos na praia de Canasvieiras, no Norte da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, na manhã desta sexta-feira. O material, que seria vendido nos balneários da região, estava guardado em condições precárias de higiene em cubículos onde os vendedores pernoitavam na cidade. Foram recolhidos no local grande quantidade carne e linguiça, queijo coalho, abacaxi, castanhas do Pará, além de molhos e churros já prontos. A Vigilância Sanitária ainda contabiliza o volume apreendido e deve confirmar o total recolhido no local ainda nesta sexta (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2010a).

Todo esse contingente populacional, que faz crescer a população no local neste curto espaço de tempo, consome vorazmente toda estrutura, que se torna precária. Por exemplo: o trânsito se torna caótico em todos os horários do dia, e com o calor da estação, a sua lentidão só aumenta o desconforto dos deslocamentos. Além de mencionar o desconforto do turista, que na maior parte das vezes se desloca com seus automóveis luxuosos refrigerados, convém lembrar do trabalhador que segue sua rotina utilizando transporte coletivo de má qualidade, tendo de acordar mais cedo e dormir mais tarde para driblar os congestionamentos, principalmente no retorno após sua jornada de trabalho. As (até então) pacatas ruas e poucas avenidas e rodovias de acesso se transformam em vias totalmente congestionadas, onde motoristas e pedestres não se entendem pela falta de espaço adequado durante o dia, e onde as leis de trânsito e da boa convivência geralmente (e até propositalmente) são esquecidas nos lugares de intensa circulação. Durante a noite, o barulho ensurdecedor promovido por jovens em busca de diversão encerra o ciclo até o amanhecer, que a partir daí recomeça tudo de novo, nos sete dias da semana. Essa concentração populacional não só atrai pessoas à capital catarinense em busca de diversão e lazer, mas também grupos em busca de atividades fora da lei, cometendo delitos, assaltos e roubos, principalmente nos balneários mais populosos da capital. A segurança pública e demais órgãos governamentais estão sempre atrasados para resolver o problema. Sem efetivo suficiente, não conseguem impedir essas ações que geram prejuízos a visitantes e moradores locais, que sempre tiveram uma vida pacata sem tais

acontecimentos característicos dos grandes centros urbanos. Os turistas tornam-se alvos preferidos de bandidos e mal-intencionados.

Em relação às dificuldades que turistas estrangeiros enfrentam por falta de segurança pública enquanto desfrutam as belezas da capital, damos a seguir uma amostra da sua repercussão na imprensa internacional:

La lista de argentinos víctimas de la inseguridad en Brasil sigue creciendo. Esta vez les tocó a tres familias cordobesas, que sufrieron un violento asalto en Playa Dos Açores, 15 kilómetros al sur del centro de Florianópolis. “Nos tuvieron encerrados, sin saber qué hacían con nuestros hijos. Le pegaron a mi marido para que les dijera dónde estaba la plata. Fue una pesadilla”, resumió a Clarín una de las víctimas, María José Díaz, todavía conmocionada. Después de revolver durante una hora y media cada rincón de la casa en la que se encontraban las víctimas –seis mayores y cinco menores – los ladrones se llevaron cerca de cuatro mil dólares, dos mil pesos, joyas, celulares y aparatos electrónicos. No tocaron documentos ni autos, pero comieron y bebieron lo que pudieron (EL CLARÍN, 2011).

Tais problemas infelizmente já fazem parte da rotina local. É preciso observar que nossos moradores ainda não desenvolveram uma consciência coletiva de tal situação, favorecendo ainda mais a ação dos bandidos, que pela facilidade encontrada e pela falta de estrutura para o combate ao crime, acabam se instalando na capital, inchando cada vez mais os morros que rodeiam a cidade.

4.4 TURISMO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – DO CAOS A UM TURISMO SUSTENTÁVEL

A atividade turística do fluxo de pessoas e o capital por elas trazido atraem o interesse de diversas classes políticas e empresariais dispostas a lucrar com essa interação. Nos momentos de crise econômica, esse movimento ganha ainda mais importância com o discurso pouco inovador, porém ainda presente, visando a iludir parte da comunidade local.

Florianópolis precisa ser pensada como um projeto social. Encontra-se atualmente, num momento decisivo de reflexão, em que a crise econômica abre importante intervalo de tempo, permitindo a preparação consciente dos planos a serem elaborados para o novo ciclo de acumulação que, em breve colocarão o setor turístico em um dos pilares principais do desenvolvimento municipal. Encontram-se a cidade e sua área conturbada preparadas para este desafio? Possuem instrumentos legais e autoridade efetiva para evitar que processos como a perda de qualidade ambiental e cultural se acentuem? (PIMENTA, 2005, p. 35).

O processo de ocupação do solo da capital não vem respeitando a paisagem local e suas características peculiares que tornam a cidade tão procurada. Essas características, que tanto encantam turistas como nativos e visitantes de qualquer natureza, vêm sendo totalmente desfiguradas pelo crescimento desordenado e sem planejamento ambiental.

A exemplo de muitas áreas urbanas espalhadas pelo país, a Capital catarinense, mormente em sua porção insular, vítima deste processo suicida e esgotada pela ocupação desordenada, não apenas está à beira do definitivo colapso de sua infraestrutura e seus serviços urbanos quanto emite sinais preocupantes sobre a possibilidade da ocorrência de tragédias de porte. A peculiar geografia de Florianópolis, como a de Angra dos Reis, vale como alerta também. No recente Congresso Mundial de Arquitetura Paisagística Mundial, realizado no Rio, o tema central girou em torno de procedimentos e políticas públicas capazes de prevenir e minimizar as consequências desses eventos devastadores, devidos mais à ação do homem que à da natureza. A água foi apontada como o principal fator de destruição nesses casos. Existem experiências internacionais exitosas a respeito, assim como já existe uma legislação ambiental que precisa ser aplicada para valer em nome da vida e do futuro. Há que deter a marcha da insensatez antes que seja tarde demais. No ponto em que chegamos, é uma corrida contra o tempo (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 2010b).

A aglomeração predial que no passado se restringia à área central da cidade, incluindo comércio, moradia e áreas de lazer e cultura, justificando uma utilização social por todos os agentes e classes da sociedade, já pode ser encontrada em diversas regiões da cidade, com uma diferença peculiar: enquanto no centro essas construções são plenamente utilizadas pelas atividades mencionadas, nas demais localidades e balneários da Ilha são amplamente subutilizadas, ficando na maior parte do ano fechadas, porquanto a maioria pertence a moradores de outras regiões e até mesmo de outros países.

O turismo dá também início ao processo de especulação imobiliária que, ao valorizar novas áreas, faz com que suas características ambientais se tornem cada vez mais secundárias. Desse modo, o aterro de mangues e de lagunas, a eliminação de áreas florestais originais, a ocupação de dunas e a construção sobre altas declividades são perfeitamente possíveis e extremamente frequentes em todo nosso litoral, por exemplo (LEMOS, 1999, p. 22).

Tais construções poluem, não só do ponto de vista estético por sua localização “privilegiada”, como também pela falta de saneamento e de rede de esgoto adequados. A valorização desses empreendimentos promovida pela especulação imobiliária teve como principal propulsor a atividade turística que se beneficiou das belezas locais para divulgar a cidade. A partir dessa informação, podemos deduzir que as belezas naturais e a qualidade de vida oferecida tendem a diminuir em proporção exponencial com o crescimento desordenado

que vem ocorrendo, gerando uma bolha especulativa que ainda não sabemos em que ponto se encontra, mas temos sinais cada vez mais evidentes de que a sociedade vem pagando com as medidas que foram e são adotadas pelos agentes que interferem no planejamento e no desenvolvimento urbano e ambiental. A cidade precisa agir democraticamente, tendo em vista suas particularidades e amplitude dos desafios colocados atualmente para combinar dois procedimentos aparentemente inconciliáveis: crescimento econômico e preservação da paisagem natural e ambiental.

O momento atual torna-se decisivo na definição do processo de ocupação da ilha, e da malha continental conurbada. A constituição do tecido urbano até então vigente conformou um modelo excludente e segregacionista, do espaço urbano. Se o processo de ocupação da ilha resultou até hoje na sua maior parte da somatória de parcelamentos limitados, do solo urbano, o período que se inicia vislumbra a ocupação da ilha, e sobretudo da orla a partir de grandes projetos privados cuja repercussão sobre a transformação da paisagem e da sociedade será muito mais decisiva do que a conhecida até então. (PIMENTA, 2005, p. 36).

A estrutura da malha urbana que envolve o crescimento e a circulação deve ser pensada e planejada com antecedência para empreendimentos em fase de execução. A malha rodoviária local, envolvendo centro e ligações com as demais regiões da cidade, não comporta a forte demanda que essas grandes obras atrairão. Além de estreitas, nossas ruas e avenidas não foram planejadas para circulação intensa de veículos e pedestres, sendo influenciadas pelo traçado das propriedades agrícolas urbanas e também pelos caminhos das romarias e itinerários religiosos. O que vem acontecendo é a priorização do investimento a qualquer custo, gerando todos os transtornos conhecidos, sem a contrapartida do investimento necessário, mesmo que tardio, para beneficiar a qualidade de vida. A influência cultural que herdamos é totalmente desrespeitada, não só pela falta de planejamento, mas principalmente pelo ganho privado que vem se tornando cada vez mais concentrado e restrito a uma pequena parcela de empresários e políticos locais. Não existe parceria público-privada no investimento social que possa gerar um bem-estar coletivo: essa parceria se encerra nas facilidades para que os empreendimentos possam ser concluídos sem maiores fiscalizações por parte dos órgãos e agentes responsáveis pela liberação dos alvarás. Essa “parceria” vem resultando em inúmeras irregularidades.

O processo de ocupação de Florianópolis caracterizou-se, em grande parte, pela lógica dos interesses dos proprietários privados, em que alguns procedimentos são constantes durante toda sua história:
Ocupação de áreas de manguezais por loteamentos aprovados e pelas ampliações viárias;

Ocupação de áreas públicas e de parques com autorização municipal;
 Ocupação e fechamento das orlas marítimas por empreendimentos turísticos ou residências privilegiadas;
 Ocupação de área de dunas por loteamentos de alto e médio padrão;
 Transformação de diversas áreas públicas em áreas privadas;
 Ocupação privada das áreas públicas nos loteamentos das classes média e alta;
 Ocupação dos cumes dos morros por loteamentos e residências isoladas de alto padrão;
 Perda de ambiência do patrimônio arquitetônico e histórico pelos processos circundantes de verticalização, promovidos pela legislação urbanística;
 Verticalização indevida frente a referenciais urbanos importantes;
 Verticalidades que anulam o desenho topográfico da paisagem;
 Aprovação de densidades incompatíveis com a possibilidade de alargamento do sistema viário e esfacelamento da estrutura viária hierárquica da cidade;
 Alterações sucessivas no zoneamento proposto, visando a acomodá-lo a processos consolidados;
 Expulsão e desorganização das comunidades originais da ilha. (PIMENTA, 2005, p. 43).

Os argumentos e fatos expostos evidenciam que o caminho que vem sendo traçado para o nosso turismo, em que os ganhos privados se sobrepõem ao ganho coletivo, conduz a uma situação indesejada: a qualidade de vida desta cidade, sempre valorizada por turistas e nativos, tende a desaparecer tragada pelo caos urbano que se agiganta temporada após temporada, mostrando uma fragilidade, tanto da parte dos governantes e legisladores que votam e aprovam as leis, quanto pela sociedade em geral. Vendo a situação cada vez mais crítica, a população acaba aceitando as decisões impostas, sob a alegação de que esse segmento – o Turismo – é fundamental para o desenvolvimento da cidade. Esse discurso é amplamente incentivado pelos empresários que realmente lucram com tal situação.

O que defendemos na relação atividade turística *versus* crescimento e desenvolvimento social é uma interação que realmente agregue valores, tanto para a sociedade quanto para a natureza.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) desponta como alternativa ao modelo de turismo convencional praticado, prioriza a conservação de modos de vida tradicionais e a preservação da biodiversidade, e oportuniza às pequenas comunidades com desvantagens socioeconômicas a geração de renda e o desenvolvimento local (SAMPAIO; HENRÍQUEZ; MANSUR, 2011, p 31).

Diferentemente do que já se viu aqui, onde o turismo de massa e seu consumo desenfreado pudessem gerar as riquezas e necessidades coletivas para todos, esta visão de turismo denominada Turismo de Base Comunitária explora um crescimento e desenvolvimento voltados para a preservação ambiental, cuja principal riqueza a ser explorada é a natureza. Contrariando os conceitos anteriores, em que a exploração provinha do lucro por

enriquecimento especulativo através de danos ambientais muitas vezes irreversíveis, o Turismo de Base Comunitária busca maior interação na atividade turística, visando ao ganho social. Trata-se da busca por valores locais, envolvendo os hábitos culturais, valorizando a troca de experiências que podem ser adquiridas. Ele se desenvolve em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com a natureza, de forma que a própria exploração sirva de fiscalização para que o ambiente explorado se torne sustentável a longo prazo, diferentemente do turismo atualmente praticado e incentivado em Florianópolis, em que o ganho individual é amplamente difundido por ações coletivas. Trata-se da construção de grandes mansões, hotéis e prédios residenciais em localizações altamente privilegiadas a um custo que poucos podem sustentar, alimentando cada vez mais a especulação em detrimento da preservação.

A paisagem se deteriora com o exercício da atividade turística das mais diversas formas, evidentes ou não. A transformação dos espaços naturais para implantação de edificações é uma delas. Além de alterar a paisagem de modo negativo, tendem a privatizá-la, tornando-as muitas vezes inacessíveis aos transeuntes em geral. Em outros casos, a construção de edificações e também de estradas, pontes etc., dão origem a processos erosivos de difícil contenção, tornando o solo e sua exposição às intempéries cada vez maior (LEMOS, 1999, p. 21).

O turismo sustentável está associado a medidas e planejamentos de longo prazo. É necessário pensar num desenvolvimento contínuo com qualidade de vida e preservação ambiental. Estratégias de desenvolvimento precisam estar associadas e orientadas por conceitos que possam atender toda a sociedade sem privilegiar concentração em pontos-chave. O que vemos hoje na cidade de Florianópolis é uma concentração cada vez maior em certos pontos da cidade, gerando um estrangulamento das necessidades cotidianas, como mobilidade urbana, saneamento básico e a preservação do ecossistema.

As localidades turísticas têm dificuldade em solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre estes serviços é multiplicada, às vezes por cem, em épocas de temporada e em fins de semana prolongados. Nesses períodos, os efluentes domésticos chegam a atingir níveis muito superiores à capacidade de saturação: os despejos de fossas e esgotos acabam contaminando as praias, comprometendo a balneabilidade de suas águas. É também difícil organizar a coleta de lixo, e muitas vezes é impossível estabelecer um local apropriado para o seu despejo que, ou fica disperso por várias áreas sem um tratamento adequado, ou a municipalidade deve negociar a sua deposição em algum município vizinho (LEMOS, 1999, p. 22).

O desenvolvimento rápido e descontrolado em certas regiões, *a priori*, representa um avanço quantitativo indicando ganhos sociais; mas, a longo prazo, sobrevêm distorções com as demais regiões, causando transtornos permanentes pela falta de planejamento e de recursos para saná-los.

O turismo de massa praticado na capital catarinense e inserido no ambiente neoliberal que rege a sociedade brasileira nos momentos atuais não consegue se descolar dos efeitos causados pelos mantras dessa política onde o consumo e o apego ao capital se contrapõem ao desenvolvimento social e sustentável, gerando retorno para a sociedade como um todo. Dessa forma, a manutenção dessa política, temporada após temporada, mostra como esse efeito vem afetando diretamente a vida das pessoas após o verão, com a poluição das nossas praias e rios, falta de saneamento adequado nas periferias e morros da capital, mobilidade urbana cada vez mais prejudicada e aumento da violência social. Os ganhos anunciados pela mídia, por arrecadação de impostos, geração de (sub) empregos e investimentos privados, não saem do papel para gerar as condições necessárias básicas para a população fora da temporada de verão. Nesse contexto de apelo ao capital e consumo desenfreado, haverá cada vez menos espaço para uma cidade mais justa e equilibrada, que respeita o meio ambiente e as características que um dia estiveram presentes e encantavam moradores e turistas de todo o Brasil e até do exterior.

5 CONCLUSÃO

Vimos quais são os verdadeiros beneficiados pelo turismo na Ilha de Santa Catarina, que, sendo pouco regulado pelo Estado, com sindicatos pouco atuantes e pouco mobilizados em favor da força de trabalho, pode gerar grandes distorções sociais e ambientais, colocando os moradores como “peões de obra”, privilegiando a acumulação e concentração de capital trazido de fora, causando danos ambientais relevantes, alterando valores da população. Ao mencionar a atividade turística para o desenvolvimento local, o poder público aposta ilimitadamente no crescimento, respaldado pela consciência gerada pela mídia e incentivado por empresários que buscam lucrar com a expansão urbana desordenada da Ilha de Santa Catarina.

Mostramos como a paisagem da cidade fica alterada pelo turismo de massa e pelos danos urbanísticos irreversíveis para a cidade (problemas de esgoto, congestionamentos, lixo urbano, paisagem ocupada por prédios altos, poluição visual, substituição paulatina dos valores locais por uma supervalorização de tudo o que vem de fora, cujo símbolo mor é Jurerê Internacional). O bem público e a população em geral acabam ficando em segundo plano, e o mercado passa a ditar as regras no intuito de incentivar (sem fiscalizar) o crescimento desordenado e desenfreado da cidade, demonstrando a esfera política pouca ou nenhuma preocupação com os impactos causados.

Pudemos notar como a administração local se mostra despreparada com o aumento de demanda populacional e do volume de lixo gerado pelo aumento do consumo, sendo necessário buscar “ajuda” em municípios vizinhos para solucionar um problema crônico que afeta não só os turistas, mas principalmente os que aqui residem na cidade e que pagam seus impostos anualmente sem usufruir dos benefícios que deveriam ser gerados.

Na questão ecológica, no tocante ao crescimento sustentável e sustentado, vimos que o poder público se exime das suas reais responsabilidades, tanto na fiscalização quanto no âmbito meramente social, mostrando o descaso com a população e a opção pelos interesses individuais.

Não fossem as 42 belas praias de Florianópolis, sua comunidade ficaria praticamente órfã de atividades sociais de lazer ao ar livre, pois o espaço urbano, sendo passível de manipulações territoriais, é transformado de acordo com interesses especulativos e individuais, permitindo usos diversos em áreas de preservação permanente.

Procuramos desmitificar a ideia de que o turismo é a grande salvação para os moradores da capital catarinense, do ponto de vista social, sendo grande gerador de emprego e renda e, ainda,

sendo grande incentivador da preservação ambiental, ao gerar consciência ecológica entre a população.

O turismo praticado em Florianópolis, majoritariamente o turismo de massa, com suas implicações no consumo sem responsabilidade com o meio, sem reversão de benfeitorias para a população como um todo, servindo aos interesses do capital, beneficiando uma camada restrita da população em termos de infraestrutura, como saneamento, vias públicas, transporte, sem respeito aos costumes locais, gerando um menosprezo pelos valores tradicionais, escassez de recursos e com grande impacto na urbanização, entre outros fatores, como vimos aqui, levamos a indagar como queremos o desenvolvimento da cidade e quais os reais benefícios que podemos obter da situação atual, a despeito de toda a propaganda enganosa do turismo como fonte de renda, uma renda que não será compartilhada, e que não pode significar que o turismo se restrinja a mera fonte de renda, pois o turismo pode trazer mais que renda e contribuir para a preservação de valores locais, entre os quais o meio ambiente.

Vimos que os valores agregados do turismo de massa não contribuem para o desenvolvimento socioambiental e econômico da cidade, não promovendo uma integração real entre todos os envolvidos, como, por exemplo, nas relações sociais e culturais entre visitantes e moradores. Enquanto os primeiros veem uma oportunidade de lazer associado ao consumo em massa para satisfação pessoal, os moradores acabam não só sofrendo as consequências e mazelas temporárias, como a falta de infraestrutura já citada, como também as consequências sociais efetivas, como o comprometimento do desenvolvimento da cidade e da sociedade como um todo.

O grande desafio a ser enfrentado é a integração entre todos os setores da sociedade, com discussões amplas e democráticas visando a um desenvolvimento sustentável para a cidade, gerando, assim, um círculo virtuoso entre visitantes e moradores da região. Por meio de cobrança entre os próprios segmentos, é possível desenvolver uma forma de efetivar ações necessárias para o bem-estar de todos os segmentos da sociedade. As decisões centralizadas, por meros interesses pontuais, cujos investimentos e diretrizes não resultam em benefícios sociais, não promovem o crescimento sustentável em longo prazo. Espera-se que futuras gerações de cada segmento da sociedade possam enxergar as consequências advindas, mas para isso é preciso divulgar, informar, estimular canais de discussão, não apenas na esfera pública da administração (pouco afeita à mudança do *status quo*), mas também na universidade, através de seminários, projetos de interligação entre as comunidades e a universidade, com o objetivo de discutir e viabilizar práticas apropriadas que repudiem o turismo de massa e valorizem o turismo sustentável.

Durante os estudos que propiciaram este trabalho, surgiram dúvidas acerca da legislação vigente no município e também das leis estaduais e federais sobre turismo. Pareceu-nos que seria esclarecedor buscar as regras estabelecidas, tácita ou explicitamente, diretamente nas fontes do Direito, analisando os meandros das leis para podermos entender melhor a organização dessa malha perversa que se apoia em legislação que permite a continuidade do desrespeito à urbanização, ao meio ambiente, à proteção das comunidades tradicionais, e que favorece os interesses do capital, como o mercado imobiliário, o setor hoteleiro, o comércio e a classe dirigente política e econômica.

Certamente esse desejo transcende o escopo do presente trabalho. Se uma pesquisa posterior aliasse Economia e Direito para entender como o Direito materializa em forma de lei a realidade que dita a Economia, no caso, a forma agressiva do nosso turismo, e conhecendo as intenções econômicas refletidas nas leis sobre o turismo, poderíamos combatê-las e advogar por uma economia mais justa e, portanto, um turismo regulamentadamente mais justo. Imaginamos que uma pesquisa com esse propósito poderia ser proveitosa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V. Os tipos de Turismo. IN: **Turismo Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

BASSO, Marjorie. **Chegada do verão aumenta problema de falta d'água no litoral catarinense**. In: Jornal Diário Catarinense. 17/12/2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a2751910.htm>>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

CAVALLI, Janaína. **SC tem 42 mil vagas de empregos temporários para o verão**. In; Jornal Diário Catarinense. 01/11/2011. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Economia&newsID=a3544863.xml>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (CECCA). **Uma cidade numa ilha** – relatório sobre os problemas sócio ambientais da Ilha de Santa Catarina, Editora Insular, Florianópolis, 1996.

CRUZ, Gustavo da. **Turismo: desafios e especificações para um turismo sustentável**. Ilhéus: Editus, 2011.

EL CLARÍN, em 21/01/11. Disponível em: <http://www.clarin.com/politicas/Pesadilla-familias-argentinas-Florianopolis_0_412758837.html>. Acesso em 31 de julho de 2016;

FOSTER, Nick. **On na Island in Brazil, a real state boom lingers**. In: New York Times, July 7, 2011. Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/07/08/greathomesanddestinations/08iht-reflorian08.html?_r=1>. Acesso em: 05 de março de 2016.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, edição de 03/01/2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default2.jsp?uf=2&local=1&source=a2355475.xml&template=3898.dwt&edition=11426§ion=213>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

_____. **Vigilância Sanitária apreende alimentos sem condições de consumo em Florianópolis**. 05/03/2010. 2010a. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a2828899.xml>>. Acesso em: 12 de agosto de 2016;

_____. Em 06/01/2010. 2010b. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2768481.xml&template=3898.dwt&edition=13856§ion=1320A>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

JORNAL HORA DE SANTA CATARINA. **Número de casos de virose deixa Florianópolis em alerta**. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/01/numero-de-casos-de-virose-deixa-florianopolis-em-alerta-4947957.htm>>. Acesso em: 11 de setembro de 2016.

JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, edição de 06/01/2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/colunas/ponto-final/131994-turistas-mercem-saber-a-verdade.html>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

JUSCELI SANTANA. Entrevista realizada em 25/05/2011.

LEMOS, Amalia Ines Geraiges de. **Turismo: impactos socioambientais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

OMT. **Código Mundial de Ética do Turismo**, 1999.

OURIQUES, Helton Ricardo, **Turismo em Florianópolis** – uma crítica à indústria pós-moderna, Florianópolis, Editora da UFSC, 1998.

_____. **A Apologia do turismo em Florianópolis -SC: mitos e contradições**. Revista de Ciências Humanas (Florianópolis), Florianópolis, n. 25, abr. 1999.

PADILHA, Oscar de la Torre. **El Turismo, fenómeno social**. Madrid: 1997, Editora Fondo Cultura Econômica, 1997;

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho**, Editora da UFSC, Florianópolis, 2005.

RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos; PETRAS, James F. **No fio da navalha: critica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

RECORD NEWS. **Rasgando dinheiro em Jurerê Internacional**. 31/12/2007. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=B3TrNqcL6qY>. Acesso em 15 de junho de 2016.

RIBEIRO, Adriano. **Expectativa de temporada** mais turistas e 27% mais água tratada no Norte da Ilha. *Jornal Informe*, 12/11/2015. Disponível em: <http://www.jornalinforme.com.br/floripa/index.php/editorias/cotidiano/item/2668-expectativa-de-temporada-mais-turistas-e-27-mais-agua-tratada-no-norte-da-ilha>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; HENRÍQUEZ, Christian; MANSUR, Cristiane. **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: EDIFURB, 2011.

SANTOS, Alexandre Amaral dos. **O consumismo como um novo iluminismo: a panaceia do consumo na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SCARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e o desajuste social na América Latina**. Campinas: S.N.J, 1995.

SILVA, Adriano Larentes da; MIYASHIRO, Rosana. **Turismo e hospitalidade no Brasil: um estudo sobre os trabalhadores da hotelaria**. São Paulo: CUT, 2007. 94p.

WIKIPEDIA. **Turismo de Massa**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo_de_massa. Acesso em: 15 de junho de 2016

ANEXOS

ANEXO I - OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS VENDEDORES AMBULANTES.

Ocupação Principal	Nº Pessoas
Vendedor Ambulante	49
Sem ocupação	15
Estudante	07
Dona de casa	05
Artesão	04
Servente	03
Aposentado	03
Outras ocupações (1)	14
Total	100

Outras ocupações: pedreiro, *office boy*, auxiliar administrativo, técnico em informática, mecânico, faxineira, comerciante, agricultor e policial militar

Fonte: OURIQUES, 1998.

**ANEXO II – IMPACTOS DA SAZONALIDADE DURANTE ALTA E BAIXA
TEMPORADA EM FLORIANÓPOLIS**

Quadro 1 – Impacto da sazonalidade durante alta temporada em Florianópolis

Positivo	Negativo
Geração de empregos	Problemas de tráfego
Maior oferta de entretenimento	Empregos somente temporários
Maior oferta de ócio	Preços altos (supervalorização)
	Falta de água/Luz
	Baixa qualidade de serviços nos estabelecimentos hoteleiros (por falta de experiência)
	Aumento do barulho
	Aumento da poluição

Fonte: CRUZ, 2011.

Quadro 2 – Impactos da sazonalidade durante a baixa temporada Florianópolis.

Positivo	Negativo
Recuperação meio ambiente	Falta de empregos
Tempo para revisão de conceitos, renovações e reformas.	Estabelecimentos hoteleiros com baixo nível de ocupação e baixo faturamento.
Tranquilidade na cidade	Falta de ocupação de entretenimento
	Desequilíbrio econômico
	Baixa qualidade de serviços nos estabelecimentos hoteleiros (por falta de experiência)

Fonte: CRUZ, 2011.

ANEXO III- CHARGE ILUSTRATIVA



Fonte: Jornal Diário Catarinense, 09/01/2016.